

Para que serve a filosofia?

Silvio Seno Chibeni¹

Há pouco mais de duas décadas, fui apresentado a um poeta do interior de São Paulo, muito estimado em sua cidade. Quando me perguntou o que eu fazia e eu lhe respondi “filósofo”, ele, mestre das rimas, falou uma frase que eu nunca ouvira e que dizia mais ou menos assim: “*A filosofia é aquela com a qual ou sem a qual tudo fica tal e qual*”. Surpreso, mais com a espontaneidade dele do que com a frase, concordei na hora. “É isso mesmo!” Filósofo, fiquei matutando na frase, e o farei neste texto também. Esse será o seu mote. Se aquele encontro fosse hoje, eu talvez acrescentasse: “E a poesia, meu caro poeta, também com ela ou sem ela tudo fica tal e qual, não é?” E ele certamente concordaria. Riríamos juntos e continuaríamos poetando e filosofando, felizes da vida. Mas sem a poesia e sem a filosofia, por mais inúteis que pareçam, a amizade que se formou entre nós não teria tido as agradáveis nuances que teve e, sem ela, nossas vidas teriam seriam mais pobres e tristes.

Numa das versões da frase ora em análise, que se pode achar na internet, acrescentam-se dois termos, relativamente à versão do meu amigo poeta: “A filosofia é a *ciência* com a qual ou sem a qual *o mundo* fica tal e qual.” Na condição de filósofo, não posso deixar passar despercebidos tais acréscimos. Seria a filosofia uma *ciência*? E o tal “mundo”, aparentemente indiferente à

¹ Professor Titular do Departamento de Filosofia da Unicamp. No Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia desse departamento atua nas seguintes linhas de pesquisa: História da Filosofia Moderna, História da Filosofia Contemporânea, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência; no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural atua nas linhas de Cultura Científica e Sociedade e Informação, comunicação, tecnologia e Sociedade. Site acadêmico: www.unicamp.br/~chibeni.

existência dela, o que é ele? Vou começar com a segunda questão, mais fácil; depois, falarei um pouco da outra também. Quando pensamos *no mundo*, o mundo que vem à mente é, quase certamente, o mundo físico, dos objetos ditos “materiais” (o conceito de matéria sendo, aliás, uma invenção de filósofos). Agora parece claro que, de fato, a filosofia nada muda *nesse* mundo. Com ela, não se produz nem feijão, nem roupas, nem carros, nem celulares. Sem ela provavelmente ainda haveria antibióticos, plásticos, aço, usinas hidrelétricas e nucleares. Desaparecessem os filósofos, tudo ficaria tal e qual no mundo físico. Foi por isso que tive de concordar com o poeta, naquele dia.

Mas o mundo não é só o mundo corporal. Há o mundo do espírito, ou alma, ou intelecto, ou mente (e todas essas palavras também denotam invenções filosóficas). Um dos maiores filósofos de todos os tempos fez toda a sua filosofia começando com a observação de que, mesmo que nada material existisse, se ele estivesse pensando nisso, *ele existiria como espírito*. “Penso, logo existo.” É importante notar o contexto em que a famosa frase foi escrita. Era o final de uma suspensão geral de juízo acerca de tudo sobre o que pudesse haver alguma dúvida. Tratava-se de uma etapa *metodológica*, que visava a nos livrar de nossos pré-conceitos e prováveis erros acerca de qualquer coisa. Foi fácil para o filósofo francês argumentar que pode, sim, haver dúvidas sobre a existência do mundo material. Se você quiser conhecer um pouco o universo da filosofia, um bom começo é examinar esses argumentos de Descartes (1596-1650). Depois, ele foi estendendo a dúvida para outros itens; no fim, procurou mostrar que a própria matemática, que parecia ser o território da certeza por excelência, também não escapa ao seu exercício cético. Não é nela, portanto, que se encontra a primeira certeza recuperada por Descartes, quando ele se dedica a superar sua dúvida metódica. Ele a acha num lugar pouco procurado pelo homem comum: a própria existência, *enquanto ser pensante*, ou seja, enquanto espírito. Se duvido, raciocinou Descartes, *tenho de existir*, não posso não existir. E essa existência não pode ser física, material, pois a existência da

matéria ainda estava suspensa, nesse passo da análise. Mais adiante, depois de refinada e complexa argumentação, Descartes recuperou também a certeza da existência da matéria. Estou me referindo ao famoso livro *Meditações sobre a filosofia primeira* (1641). A alegria, porém, durou pouco no arraial filosófico; poucas décadas depois, outro dos fundadores da filosofia moderna, o inglês John Locke (1632-1704), levantou suspeitas sobre a prova proposta por Descartes, reabrindo assim a questão da existência da matéria. Desde então, vários argumentos se sucederam no campo filosófico, pró, contra, ou, na maioria dos casos, inconclusivos sobre esse ponto, que se tornou um dos temas clássicos da filosofia.

E a existência do espírito, que Descartes procurou mostrar vir primeiro na ordem das razões? Bem, como tudo na filosofia, há defensores, críticos e céticos acerca dessa tese, notadamente se se entender o espírito não como o ser pensante – a acepção primária na qual a famosa conclusão cartesiana deve ser entendida –, mas como uma *substância*, uma *coisa* com existência própria. Ora tanto quanto o conceito de matéria, o conceito de espírito, enquanto “substância pensante”, distinta da matéria, foi inventado pelos filósofos gregos. Sua existência, *nesse sentido*, pode, portanto, ser questionada. O que os gregos nos ensinaram que não podia ser posto em dúvida é aquilo a que chamaram “fenômenos”, aquilo que “aparece”, que nos está presente de forma patente e insofismável. Quando percebidos, cores e sons são fenômenos, no sentido original do termo; calor e frio também; a dor de dente é um fenômeno, quando sentida por mim, mesmo que o dentista garanta que o meu dente está “perfeito”. Tristeza e alegria, amor e ódio, medo, coragem e a própria dúvida são fenômenos, quando sentidos. Um dos primeiros indícios de que alguém está se tornando filósofo, ou filosofando, é quando ele entende que embora a existência tanto da substância material como da substância espiritual possam ser postas em dúvida, não me é possível – e aqui se faz necessário falar na primeira pessoa do singular – duvidar de que neste momento específico, vejo certas luzes e cores, ouço certos sons, percebo certas

formas e movimentos. E, num outro grupo de exemplos, não posso duvidar que agora sinto alegria por estar filosofando, ou que tenho certas dúvidas se serei entendido naquilo que estou escrevendo.

Para onde estou indo com tanta filosofia? Quero voltar ao ponto sobre o mundo e sua suposta indiferença à filosofia. Agora está mais claro: o mundo *físico*, corporal, ou se quiser, material, de fato parece ficar como está, com ou sem a filosofia (embora, como filósofo, também duvide disso... e mais adiante indicarei brevemente por quê). Mas o mundo dos pensamentos, das emoções, sentimentos, desejos e esperanças; o mundo das alegrias e tristezas, da estima e da admiração; o mundo do bem e do mal, do belo e do feio, *esse* depende inextricavelmente da filosofia. Esse mundo é dela. É nele que ela existe e, conversamente, ele, sem ela, *não* fica tal e qual. Ora, como *nós*, seres humanos, também somos desse mundo – ou melhor, somos essencialmente e fundamentalmente desse mundo, como nos ensinou o velho Descartes –, sem a filosofia nós nos empobrecemos, nos tornamos pequenos espiritualmente, muito embora o homem corporal possa subsistir. Mas subsistir e viver plenamente são coisas distintas.

Para filosofar, porém, não precisamos necessariamente nos “profissionalizar”. A profissionalização tem facetas que parecem, ao contrário, dificultar a entrada no mundo da filosofia. Em sua milenar história, ela não foi “feita” por profissionais, a não ser recentemente. Hoje há filósofos por profissão, e sou um deles. Mas embora “trabalhar” como filósofo me seja importante, tanto para que eu subsista corporalmente como para que encontre pessoas interessantes que queiram filosofar junto comigo, não é o meu emprego formal que me faz filosofar, na medida em que filosofe. Um construtor de barcos que por alguma razão não os construa mais, deixa de ser um construtor de barcos, embora possa preservar suas habilidades. O filósofo que por alguma razão não seja um “profissional”, ainda pode ser filósofo, assim como o meu

estimado amigo poeta foi poeta a vida toda mesmo quando, para ganhar seu pão cotidiano, cuidava da papelada de uma repartição pública.

Não quero com esses comentários justificar a hostilidade que possa haver – e de fato há, no mundo real ou em setores dele – contra filósofos e poetas que porventura encontrem no que fazem os meios de viver uma vida digna. Creio, ao contrário, que uma sociedade sábia deva oferecer condições para que pessoas que se ocupem “só” do espírito, possam, se assim o desejarem, receber justa remuneração, na medida em que cooperem para o bem comum. A finalidade de um trabalho sobre o mundo físico é um objeto físico; o fim do filosofar e do poetar pertence ao mundo do espírito. É imponderável. Quem filosofa e quem verseja se enriquece como espírito. E, enriquecendo-se, enriquece os que filosofem com ele ou se deleitem com sua poesia. Torna-os um pouco filósofos e um pouco poetas. Quem usa um celular não se torna físico ou engenheiro; quem toma um analgésico não se torna químico, médico ou farmacêutico; quem navega no barco não se torna um construtor de barcos. Mas quem, como Platão ou Aristóteles, Descartes ou Locke, pensa no mundo do espírito, em seus conceitos, teses, argumentos, valores, vira, *ipso facto*, filósofo. Quem lê Camões ou Drummond vira um pouco poeta também. Não basta, porém, que leiamos esses autores; precisamos, no primeiro caso, entendê-los e aprender a pensar *com* eles; no segundo, sentir *com* eles.

Qualquer coisa pode virar poesia nas mãos – digo, no espírito – de um bom poeta. Vi meu amigo compor sonetos sobre uma bolha de sabão, sobre o sol a pino ou sobre a pancada de uma velha porteira no seu carcomido batente. Outro amigo poeta compôs, em estilo livre, belos versos para a cor avermelhada da poeira da vila onde vivemos juntos nossa infância. Drummond versejou, famosamente, sobre a pedra que estava no meio do caminho...

Da mesma forma, quando surgiram, na Grécia Antiga, os filósofos filosofavam sobre *tudo*. Tudo era tudo mesmo, qualquer coisa dos dois “mundos” de que estamos tratando. Mas se a filosofia, em suas origens, também

se ocupava do mundo corporal então seria mesmo “inútil”, no sentido que estamos analisando? Há aqui um ponto, talvez o mais importante deste texto. Sim, a filosofia, quando nasceu e por quase dois milênios depois, se dedicava ao estudo do mundo físico. Mas o *modo* em que o fazia, e os *objetivos* que tinha é que a distinguiam de outras atividades humanas, marcadas por necessidades *práticas*. A filosofia se caracterizava por uma perspectiva cognitiva nova: a busca do conhecimento *pelo próprio conhecimento*, por mera curiosidade intelectual. Aqueles que cultivavam essa busca do saber pelo saber foram chamados *filósofos* (traduzindo, “os que amam ou buscam a sabedoria”). Quando o conhecimento era buscado com vistas a fins práticos, como sempre o foi, desde os primórdios da humanidade, esse empreendimento cognitivo já não era filosofia propriamente dita, e sim *técnica*, ou *arte*, no sentido que os Gregos davam a esses termos.

Ora, como o conhecimento do mundo físico obtido pelos filósofos de então podia *também*, depois, ser apropriado pelos técnicos e artesãos para melhorar sua capacidade de intervir nesse mundo, produzindo resultados práticos, a filosofia não podia, *nessa medida*, ser considerada “inútil”. Porém ela é, sim, “inútil” se concebida enquanto tal, ou seja, como o estudo do mundo pelo simples prazer de estudá-lo, de descobrir como é, do que é feito, como ele funciona.

Tais considerações estabelecem um gancho com a segunda pergunta que fiz ao mencionar a nova versão da frase que está servindo de mote para este texto: será a filosofia uma *ciência*? O tratamento adequado dessa questão exigiria uma longa análise. Aqui, limito-me a fazer notar que embora a palavra ‘ciência’ já existisse na Antiguidade (em equivalentes em grego e latim), foi só em épocas relativamente recentes que ela adquiriu o sentido atual, que é o que, provavelmente, o leitor tem em mente. De forma mais visível a partir do século XVII, e pelos dois séculos seguintes, o estudo do mundo físico foi se especializando tanto, que aos poucos se tornou ramo autônomo da filosofia, a

filosofia natural, em oposição à filosofia moral, que se ocupava do homem enquanto ser espiritual. Aos poucos, o termo *ciência* começou a ser usado para designar a filosofia natural, como fazemos hoje. A palavra ‘cientista’, em particular, só foi introduzida em 1833, pelo filósofo britânico William Whewell.

Na verdade, tal processo de especialização começou já na Antiguidade. Em certa medida, a matemática e a astronomia se tornaram autônomas ainda naquela época, não no sentido de deixarem de ser concebidas como parte da filosofia, mas no sentido de que surgiram pessoas que só se ocupavam delas, em razão da finitude das capacidades intelectuais humanas. Aristóteles (384–322 a.C.) foi não apenas o maior dos filósofos antigos, mas também, provavelmente, o último que conseguiu dar contribuições relevantes a virtualmente todas as áreas da filosofia, como então entendida.

Retomando agora a questão proposta, embora a filosofia possa ser considerada a “mãe” da ciência, no sentido atual do termo, a sua “filha” cresceu e se emancipou; “saiu de casa”. Já não é filosofia. Mas assim como os filhos comumente herdam alguns traços fisionômicos dos pais, a ciência tem importantes elementos comuns com a filosofia, entre os quais a busca de explicações para os fenômenos (físicos, no caso das ciências naturais; mais gerais, no caso da filosofia), a liberdade na formulação de teorias, a abertura para explicações alternativas, a permanente disposição de revisar ou abandonar as teorias adotadas, diante de evidência experimental ou argumentação racional contrária, etc.

Porém, a ciência, especialmente em tempos mais recentes, aproximou-se bastante da técnica, ou tecnologia, em diversos sentidos, chegando por vezes a confundir-se com ela. Objetivamente parece não haver mal nisso. Mas há o risco de que ela se torne *subserviente* a estas últimas. Isso significaria a sua ruína, enquanto uma das mais belas criações humanas. Atualmente esse tópico preocupa muito e é intensamente discutido no âmbito filosófico da ética da ciência, cuja análise não pode ser empreendida aqui. Passo agora, para avançar

um pouco mais na direção do objetivo principal deste texto, a considerar uma lista simples de questões que ocuparam os *primeiros* filósofos, e cujo interesse se tornou perene, como logo se notará:

1. Por que a imensa maioria dos pontos luminosos do céu noturno tem movimentos completamente regulares, “girando” de leste para oeste em bloco, enquanto que alguns poucos deles apresentam irregularidades em seu movimento (e, por essa razão, chamados de “planetas” – corpos “errantes”)?

2. Considerando um quadrado e sua diagonal, se o lado do quadrado for tomado como unidade de medida de comprimento, poderá o comprimento de sua diagonal ser expresso, em termos dessa unidade, como um número “racional”, isto é, que seja a divisão entre dois números “naturais” (1, 2, 3, etc.)? Dentre várias outras formas equivalentes de expressar a questão, esta é particularmente simples de entender: haverá um número racional cujo quadrado seja 2? A descoberta, ainda na Antiguidade, de que a resposta era negativa foi uma das maiores realizações do intelecto humano.

3. Por que alguns corpos caem (pedras, galhos de árvores, etc.) enquanto outros sobem (fogo no ar, ar na água, etc.)? Eles seriam “feitos” de elementos diferentes?

4. Quanto mais pesado um corpo, mais rápido ele cai? Se tal for o caso (e essa era uma crença comum), por quê?

5. Haveria átomos, isto é, corpos tão pequenos que não sejam mais passíveis de serem subdivididos em outros menores?

6. E o espaço, ele mesmo, é infinitamente divisível ou não?

7. Há vazio no universo, ou seja, espaço desprovido de corpos? Pode o vazio existir? E se houver vazio, como os corpos se moverão nele?

8. Por que alguns corpos queimam (por exemplo, folhas e madeira), enquanto outros (p. ex. ouro) não?

9. Todas as alterações nos corpos poderiam ser explicadas por alterações de lugar (“locomoção”) de suas partes constituintes?
10. O que faz com que certos corpos tenham vida e outros não?

De propósito, essa lista foi feita para incluir somente questões que, ao longo da história da filosofia, foram “apropriadas” por áreas especializadas, que hoje já não consideramos filosóficas: a matemática, a astronomia, a cosmologia, a física, a química, a biologia; ou seja, as ciências em geral. Uma vez desmembradas tais ciências ou disciplinas, a filosofia ficou com um “resíduo” formado de questões que, ao que parece, ainda estão muito distantes de “virarem ciência”. Tal “sobra” continua hoje sendo tão “inútil” como foi a filosofia inteira, quando os Gregos a inventaram. Mas, como argumentei acima, mesmo sendo tal que com ela ou sem ela o “mundo” (físico) fica como está, a filosofia cumpre elevado papel para o ser humano, se considerado em sua dimensão espiritual. Sem a filosofia forma-se uma lacuna no nosso mundo íntimo, em nossos pensamentos, em nossos sentimentos, afeições e aspirações. Com ela, pensamos, vemos e sentimos o mundo – mesmo o mundo corporal – de forma mais completa. Em nosso mundo interior, descobrimos o inefável deleite que há em conhecer, pelo simples conhecer.

Hoje em dia é usual considerar pertencentes ao tronco principal da filosofia as disciplinas da metafísica, epistemologia, lógica, ética e estética. De forma muitíssimo simplificada, pode-se dizer que a estética examina abstratamente o belo e o feio; a lógica investiga o encadeamento formal das proposições; a ética estuda questões relativas ao bem e ao mal; a epistemologia ocupa-se do conhecimento, suas origens, fundamentos e limites, enquanto que a metafísica procura especular sobre a natureza última das coisas. Fora esses ramos fundamentais, há ainda diversos outros que resultam de hibridismos e posteriores especializações, como, por exemplo, a filosofia política, a filosofia da linguagem, a filosofia da ciência, a teologia, etc.

Vou apresentar agora, para exemplificar, e de forma muito breve e simplificada, uma lista de questões dessas disciplinas filosóficas. Como na lista precedente, a maioria delas remonta à Antiguidade, embora tenham recebido contornos e denominações diferentes ao longo das eras. Começo retomando a questão da existência da matéria, considerada anteriormente neste texto.

a) Vimos que é razoável considerar os fenômenos, na acepção original do termo, como “incorrigíveis”, ou seja, tendo existência certa e indubitável, tão logo se apresentem à mente. Agora parece certo que todo nosso conhecimento, ou pelo menos uma parte expressiva dele, começa ou se fundamenta em fenômenos. A questão epistemológica básica que se coloca é se podemos conhecer algo mais, além de fenômenos. Por exemplo, aparecem-nos um conjunto de cores, formas e movimentos e nos perguntamos se tais itens seriam evidência de que há diante de nós uma certa mesa, entendida como um objeto físico ou, se quisermos, “material”. O senso comum nos diz que em geral “sim”, os fenômenos seriam “causados” pelo objeto físico, e portanto poderíamos inferir sua existência a partir da ocorrência dos fenômenos, em certas circunstâncias – na verdade, nas circunstâncias ordinárias da vida. Mas, como indiquei brevemente, é fácil para um filósofo colocar em dúvida essa inferência que vai dos fenômenos para os supostos objetos materiais. Foi assim que Descartes começou sua célebre análise filosófica. Ademais, há alternativas para explicar a existência dos fenômenos sensoriais sem a existência da matéria. A mais famosa delas foi a desenvolvida pelo filósofo irlandês George Berkeley (1685-1753). Ele argumentou de forma poderosa a favor dessa alternativa. No final deste texto, darei sugestões de leitura sobre esse e outros tópicos que estamos abordando.

b) Voltemos agora ao conhecido raciocínio cartesiano, “penso, logo existo”. Há aqui uma inferência a partir de um fenômeno de tipo diferente dos precedentes. O pensamento, que aparece a Descartes, é um fenômeno. Ele é tão certo e seguro quanto qualquer outro fenômeno. Dele, o filósofo inferiu

que havia algo mais do que o fenômeno, o “eu”, o ser que pensa. Mas, como também antecipei, essa inferência, embora pareça confiável e óbvia, foi logo posta em dúvida por outros filósofos. Como posso estar certo de que há, como queria Descartes, uma “substância” pensante, no sentido original do termo, de uma “coisa” com existência autônoma relativamente aos fenômenos, e que, supostamente, seria sua causa ou sede? Outra pergunta importante, parcialmente ligada a essa, é: como sei que aquilo que pensa é um “eu”, que dure e seja o mesmo ao longo do tempo? Foi John Locke quem, pioneiramente, suscitou esta dúvida, e deu a ela o nome pelo qual é conhecida até hoje: a questão da “identidade pessoal”. Nestes novos termos, como podemos inferir, do fato de pensarmos, ou melhor, de haver pensamento agora, que há um eu que pensa, um *eu* que seja uma pessoa, e não um ser cuja existência seja efêmera ou cambiante? Grandes filósofos se debruçaram sobre essa questão e desenvolveram as mais variadas teses a seu respeito, ou declararam abertamente que não sabiam como respondê-la. Aliás, quando um filósofo reconhece sua impotência para fixar posição a favor ou contra uma determinada tese, avaliando que os argumentos pró são tão bons ou tão ruins quanto os argumentos contra, ele é dito *cético* acerca daquela questão específica. Houve cétricos famosos na Antiguidade, os mais importantes sendo Pirro de Élis (c. 360-270 a.C) e Sexto Empírico (sécs. II e III d.C.). Eles nos legaram uma lição eminentemente sensata: dadas as nossas limitações cognitivas, é bastante razoável adotarmos uma postura cética, ao invés de fecharmos questão com um dos lados, se não dispusermos de uma fundamentação razoável para essa escolha. Na linguagem filosófica, devemos *suspender o juízo*, ao invés de sermos *dogmáticos*.

c) As questões precedentes têm em comum não apenas o fato de serem questões em aberto, mas também de envolverem uma mistura de tópicos *metafísicos* (o que forma a realidade? corpos? mentes? ambos, corpos e mentes? essa realidade é substancial, ou não?) e tópicos *epistemológicos*, ou

seja, sobre nosso conhecimento (teríamos meios de conhecer, acerca de cada uma dessas teses metafísicas, se são verdadeiras ou falsas? como transcender o nível dos fenômenos para estabelecer a existência de outras coisas, não-fenômenos?). Essa superposição de áreas é típica na filosofia. Também o é a aparente indefinição de soluções. Nada disso, porém, é para ser evitado em filosofia. *O valor da filosofia está mais em perguntar de modo inteligente do que em responder.* Levantar questões interessantes, cuja análise seja instigante e frutífera, pode ser mais relevante do que fornecer respostas definitivas para isto ou aquilo; ou, pelo menos, são tarefas igualmente importantes. Note-se, aliás, que quando questões filosóficas recebem respostas consensualmente aceitas, por algum desenvolvimento que tenha havido nos instrumentos de análise, elas tipicamente passam a ser consideradas pertinentes a áreas que “saíram” da filosofia. Já encontramos um exemplo importante, o dos números irracionais. Hoje, quando a questão é discutida ou ensinada, já estamos entre matemáticos, que não mais se consideram filósofos. Feitos esses comentários adicionais sobre os casos precedentes, passo agora a um exemplo da área da *lógica*. Das áreas da filosofia, a lógica talvez seja a que mais progresso experimentou no período dito contemporâneo, do final do século XIX até hoje, nesse caso específico. Ela é também a que costuma exigir mais preparo “técnico” (com o perdão da palavra) para que se chegue à compreensão de suas principais questões, argumentos e teorias. Diante disso, ao invés de tentar, provavelmente em vão, dar um exemplo escolhido entre os grandes temas da lógica contemporânea, vários deles também comportando questões em aberto, vou dar um exemplo conhecido milenarmente e hoje considerado “simples”, mas muito relevante para o uso da lógica na estruturação racional de nosso pensamento. Considere a situação em que, a partir de certos pressupostos P sobre um assunto qualquer (matemática, ciência, direito, ética, etc.) chegemos, mediante algum raciocínio válido (i.e. que siga as “regras da lógica”), a certa conclusão

C. Suponha ainda que possamos de algum modo estabelecer que essa conclusão C é verdadeira. Pergunta: a partir disso tudo podemos concluir “logicamente” que P, os pressupostos dos quais partimos, também são verdadeiros? O homem comum tende muito fortemente a responder que sim. Mas desde a Antiguidade os filósofos mostraram que a verdade de P não está garantida pela de C, na situação considerada! Quem raciocina assim falha logicamente, comete uma *falácia*. De tão importante, essa falácia lógica recebeu um nome: *falácia da afirmação do conseqüente*. Identificar falácias argumentativas nos discursos das mais variadas áreas do saber é uma das contribuições mais importantes da lógica para o pensamento humano, não obstante as mais das vezes bastante simples, do ponto de vista da teorização formal.

d) Passemos agora à ética. ‘Ética’ é uma palavra de origem grega, que significa mais ou menos o mesmo que ‘moral’, termo este de origem latina. (É, pois, redundante dizer, como se diz frequentemente, “ética e moral”.) Das áreas da filosofia, talvez a ética seja a que mais está presente nas considerações do homem comum, ao menos de forma explícita. Isso se deve em grande parte ao fato de que ela trata das *ações* humanas, algo portanto que nos diz respeito de maneira muito direta; não, porém, no sentido da técnica, já discutido mais anteriormente; na técnica e na vida prática saímos da filosofia. O sentido relevante aqui é o da *avaliação* das ações humanas; mais uma vez, não do ponto de vista de sua eficácia técnica, mas de sua desejabilidade, *com vistas ao bem*. Que bem é esse? Essa a primeira questão fundamental da ética. Se uma ação é julgada moralmente boa, estamos dizendo que é boa para quem, ou para o quê, e em que circunstâncias? Muitas respostas são possíveis: boa para agradar a Deus e, dessa forma, assegurar nossa condição futura; boa para obedecermos às normas de conduta instituídas pela sociedade; boa para assegurar uma consciência tranquila; boa para promover a felicidade do agente; boa para aumentar a felicidade de todos os envolvidos na ação; boa

para o bem comum. Teorias éticas variadas foram desenvolvidas ao longo de milênios para defender essas e outras alternativas. Outra forma de apresentar a questão é nos perguntar em que bases podemos estabelecer o *critério* do bem e do mal, do certo e do errado morais? Haverá tais critérios? Se os há, eles são objetivos ou meramente subjetivos? Seriam culturais? Variariam ao longo do tempo? Têm relação com a felicidade, ou não? Podem ser estabelecidos *a priori*, ou seja, só pensando, independentemente dos fatos do mundo, ou requerem a observação e análise desses fatos (especialmente os do mundo do espírito)? Que consequências a longo prazo pode ter sobre a sociedade a adoção de uma resposta “relativista” a essas questões (muito comum hoje em dia, embora combatida por quase todos os grandes filósofos antigos ou modernos)? Por outro lado, a adoção de alguma teoria ética clássica, que atribua à ética um estatuto objetivo, pode conciliar-se com a liberdade humana? Essa liberdade tem limites naturais ou filosóficos, e não simplesmente limites sociais, impostos por algum acordo entre os membros de uma dada comunidade? Interessante notar, para concluir, que a ética tem evidentes pontos de contato com áreas diversas consideradas hoje externas à filosofia: o direito, a sociologia, a psicologia, a política, a teologia, entre outras. Da mesma forma, a metafísica e, principalmente, a epistemologia são contíguas, colaboram e recebem colaboração das ciências naturais, como vimos em alguns dos exemplos anteriormente considerados. E a lógica, para não ficar desacompanhada, neste exercício pedagógico que estou fazendo, tem ligações importantes com outras disciplinas formais, entre as quais, classicamente, a matemática e, muito recentemente, com a ciência da computação.

e) Por fim, consideremos brevemente a estética. Logo de início, prosseguindo na identificação de vínculos interdisciplinares que estava fazendo no item anterior, a estética tem estreita relação com as artes, que são mesmo o seu objeto principal de investigação. Dentre todos os

empreendimentos do espírito, as artes talvez sejam aquele em que floresce, por excelência, a criatividade humana. É também aquele que parece situar-se a maior distância das preocupações da vida prática. Ao mencionar a poesia, no início deste texto, como companheira da filosofia na sua indiferença relativamente a tais preocupações, já adiantei, claro, o ponto que estou destacando agora. Filosofia, poesia, pintura, escultura, música, dança, teatro: com elas ou sem elas o mundo fica tal e qual. Mas agora já sabemos: é acerca apenas do mundo corporal que podemos dizer isso, não do mundo do espírito. Este tem nas artes um de seus mais nobres objetos. Quando nos embevecemos com uma obra de arte, dizemos que ela é “bela” ou, em casos raros, “sublime”. Isso significa algo além do prazer estético, íntimo e individual? Haverá algum critério objetivo do belo, que seja atemporal e intercultural? Essa questão fundamental da estética é análoga à questão fundamental da ética, sobre a existência de um critério moral objetivo. Também a ela filósofos têm, milenarmente, dedicado muita reflexão, e também ela permanece, em grande parte, sem solução única. Felizmente, diria o filósofo. É essa abertura que mantém viva a filosofia da arte. Parece ser possível afirmar, no entanto, que na contemporaneidade há pronunciada tendência de os filósofos da estética adotarem perspectivas relativistas quanto ao belo e ao feio. Não precisamos recuar muito no tempo, no entanto, para encontrar na literatura filosófica poderosas análises anti-relativistas da estética. No século XVIII, por exemplo, o filósofo escocês David Hume publicou um importante ensaio intitulado “Sobre o padrão do gosto”, em que ele defende de forma muito sofisticada a existência de um padrão de gosto, a ser encontrado por análise filosófica, em meio à aparente diversidade de critérios pelos quais as pessoas classificam as coisas em belas e feias, ao longo das eras e nas diversas culturas. Se defesas clássicas como essas são capazes de dar conta da explosão de estilos e valores estéticos que caracteriza o nosso tempo é uma

das mais instigantes questões sobre as quais um filósofo da estética pode, atualmente, se debruçar.

Referências bibliográficas e indicações para leitura

Aqui estão algumas sugestões de leitura que visam a complementar a breve e simplificada discussão da filosofia apresentada neste texto. Elas foram escolhidas não apenas por tratarem de alguns dos assuntos nele abordados, mas por serem obras que, por sua clareza e elegância, podem ser entendidas, ao menos numa primeira camada de compreensão, por um leitor leigo inteligente. Então estas sugestões devem ser tidas apenas como amostras de boa filosofia, cuja leitura poderá indicar a trilha que conduz a outras perspectivas sobre os mesmos assuntos, ou sobre outros que a eles se liguem, no vasto e espiritualmente enriquecedor universo da filosofia.

1. RUSSELL, B. **The problems of philosophy** (Os problemas da filosofia). A primeira edição saiu em 1912. Uma versão digital do original inglês pode ser encontrada em: <http://www.ditext.com/russell/russell.html>. Uma boa tradução brasileira, de Jaimir Conte, está disponível gratuitamente em: <https://conte.paginas.ufsc.br/russell/>. Esse pequeno livro é um clássico filosófico. Para os propósitos da discussão levada a cabo no presente texto, vejam-se os capítulos 1 e 2, “Aparência e realidade” e “A existência da matéria”, que apresentam e examinam de forma didática a questão da existência da matéria. Leiam-se também os capítulos finais, 14 e 15, “Os limites do conhecimento filosófico” e “O valor da filosofia”, que são uma eloquente defesa da filosofia, enquanto disciplina do espírito.

2. HUME, D. **An enquiry concerning human understanding** (Investigação sobre o entendimento humano). Publicado originalmente, com

outro título, em 1748. Versão digital de acesso livre em: <http://davidhume.org/texts/e/>. Esse livro foi escrito pelo filósofo escocês com o objetivo de tornar mais acessível a parte epistemológica de sua obra fundamental, o *Tratado da natureza humana*, publicado em 1739 e 1740, e que, injustamente, não obteve nenhum sucesso entre os pares e muito menos junto ao público geral. Da *Investigação*, recomenda-se aqui a leitura do capítulo inicial, “Das diferentes espécies de filosofia”, em que se traça uma distinção bastante útil até nossos dias, pela mesma razão que motivou Hume no século XVIII: o amplo favorecimento, nos meios intelectuais, de uma das “espécies” de filosofia sobre a outra, viés que Hume considerava importante corrigir. Tradução brasileira recomendada, que inclui também outro livro fundamental de Hume, objeto do próximo item: *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*, tradução de J. O. A. Marques, Edunesp, 2004.

3. HUME, D. **An enquiry concening the principles of morals** (Investigação sobre os princípios da moral). A primeira edição dessa obra, a favorita do próprio Hume, foi dada a público em 1751. Versão eletrônica aberta disponível em: <http://davidhume.org/texts/m/>. Recomenda-se aqui a leitura do primeiro capítulo, “Sobre os princípios gerais da moral”, em que Hume apresenta, de forma muito elegante e precisa, uma questão fundamental da moral: se os seus princípios poderiam ser estabelecidos pela razão, ou seja, somente pensando-se no que é bom o no que é mau, ou se requerem um estudo dos sentimentos humanos diante das circunstâncias em que está envolvida a avaliação de uma ação moral.

4. HUME, D. **Of the standard of taste** (“Sobre o padrão do gosto”). Esse ensaio é de fundamental relevância para a filosofia da estética. Foi publicado em 1757, passando depois a integrar uma coletânea de textos intitulada *Ensaio morais, políticos e literários*. Entre as edições eletrônicas disponíveis, veja-se <https://oll.libertyfund.org/titles/hume-essays-moral->

[political-literary-lf-ed](#) . Uma tradução brasileira dos *Ensaaios*, de L. Trigo, saiu pela editora Topbooks em 2004. Os *Ensaaios* cobrem uma grande diversidade de assuntos, vários dos quais bem atraentes e acessíveis para o iniciante. Eles tiveram, à época, uma acolhida bastante favorável do público em geral e ajudaram, tardiamente, a estabelecer a reputação de Hume como um dos maiores filósofos de todos os tempos. Neles também se pode notar que Hume foi um mestre da língua inglesa (como também seria, no século XX, Bertrand Russell, que, aliás, ganhou o prêmio Nobel de literatura em 1950, “em reconhecimento por seus escritos variados e relevantes, nos quais exalta os ideais humanitários e a liberdade de pensamento”). Recomenda-se que o leitor percorra, além do texto sobre estética, mais alguns dos ensaios humeanos, escolhendo-os conforme seus interesses, já que podem ser lidos independentemente uns dos outros.

5. DESCARTES, R. **Meditações sobre a filosofia primeira.** (Meditationum de prima philosophia.) Edição bilíngue, tradução de F. Castilho, Editora da Unicamp, 2004. Sendo um clássico da filosofia, as *Meditações* foram traduzidas em muitas línguas, havendo, delas, edições disponíveis em acesso livre na internet. (Para a tradução francesa de 1647, revisada por Descartes, em ortografia modernizada, ver: http://www.ac-grenoble.fr/PhiloSophie/old2/file/descartes_meditations.pdf. Tradução inglesa, com auxílios de leitura para estudantes, preparada por J. Bennett: <https://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/descartes1641.pdf>) O texto é denso e refinado, mas a Primeira Meditação, em particular, pode ser compreendida, em seus traços mais gerais, mesmo por quem ainda esteja se iniciando nos estudos de filosofia.

6. LOCKE, J. **An Essay concerning human understanding.** Editado com introdução, notas e glossário por P. H. Nidditch, Clarendon Press, 1975. Essa é a edição acadêmica standard do livro. Diversas outras edições mais simples podem ser encontradas grátis na internet, em várias línguas; veja-se, S. S. Chibeni – Para que serve a filosofia? – 2020. Reprodução e citação proibidas.

por exemplo:
<https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/locke/Essay.htm> . A Epístola ao leitor e o primeiro capítulo do livro, introdutório, são bastante acessíveis e úteis ao leitor não especializado.

7. BERKELEY, G. **Obras filosóficas**. Tradução de J. Conte, Editora da UNESP, 2010. Fazem parte desta coletânea os dois livros de Berkeley em que ele argumenta contra a existência da matéria, o *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* (*A treatise concerning the principles of human knowledge*, 1710) e os *Três diálogos entre Hylas e Philonous* (*Three dialogues between Hylas and Philonous*, 1713), sendo este último uma tentativa do autor de tornar mais fácil a compreensão dos tópicos centrais do primeiro deles. O leitor iniciante pode seguir a dica do próprio filósofo e eleger os *Diálogos* para o seu primeiro contato com a original e instigante teoria filosófica de Berkeley. Como em todos os casos anteriores, versões em diversas línguas estão disponíveis gratuitamente na rede mundial de computadores. Uma edição dos *Diálogos* com anotações úteis para estudantes foi preparada por J. Bennett, estando disponível aqui: <https://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/berkeley1713.pdf> .